



**No (des)encontro com os brancos, toda a riqueza das sociedades indígenas foi negada, justificando seu fim pela dizimação ou aculturação cristã**

# O que temos para festejar?

MARCOS TERENA  
 IPS

Nós, os povos indígenas, olhamos, atônitos, os diferentes movimentos que anunciam a “comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil”, que se cumprem neste dia 22 de abril. As celebrações compreendem desde a réplica da primeira missa católica, oficiada em 1500, com sacerdotes importados de Portugal, até a construção de um centro comercial indígena, para a venda de artesanato.

O que temos para comemorar? A conquista do navegador português, Pedro Álvares Cabral, sobre uma população de cerca de 6 milhões de pessoas e quase mil aldeias e línguas. Povos ricos, ainda que sem moeda e roupas. Povos com engenharia, medicina e arquitetura que, hoje, os brancos reconhecem como a sabedoria de um desenvolvimento baseado no uso e no usufruto de todo o meio ambiente, e uma sustentabilidade que não destrói a terra, nem contamina as águas e o ar. Povos que tinham força física amparada na força espiritual e cuja cultura, transmitida oralmente de pais para filhos, traduzia a voz dos céus, da terra e das águas.

O colonizador não podia compreender esses valores, porque havia sido treinado para dominar terras e povos. A estratégia de dominação era sempre a mesma: neutralizar a força indígena, impondo novos valores culturais, espirituais, econômicos e sociais, como se fossem superiores ao modelo de vida dos aborígenes.

Os indígenas acreditaram nas promessas do colonizador, foram enganados e massacrados. Aos que sobreviveram, o homem branco não abandonou, graças ao seu sentimento cristão. O mesmo governo promoveu a formação de especialistas em indígenas, e colocou em marcha um processo de apropriação da nossa voz e de nos tornar incapazes dentro do sistema das novas relações. O indígena não era dono de sua voz, de sua vida, era um objeto de estudo, não era gente.

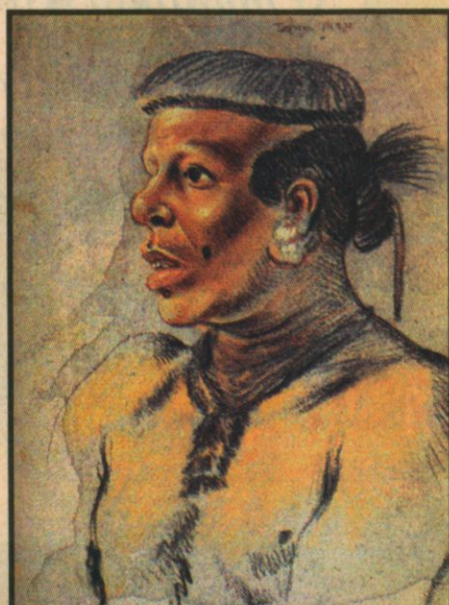
O paredão desse zoológico humano tinha uma só via, a de entrada. Quando um chefe indígena questionava essa nova “amizade”, ou escapava para libertar-se dessa sutil escravatura, era tratado como um inimigo do Estado, capaz de colocar em risco a segurança nacional.

Depois de 500 anos, restaram menos de 250 povos. São 350 mil indígenas que souberam criar alternativas de sobrevivência e resistência cultural a todas as formas de degeneração e destruição social, ainda que vivendo como miseráveis em termos de riquezas materiais.

É necessário resgatar a memória dos povos que foram os primeiros donos da terra. Há um holocausto indígena e uma grande dívida do Brasil para conosco, imprescritível, acumulada em cinco séculos.

A evolução da consciência indígena, a luta pela terra e pelos direitos negados, desde os anos 70, levaram muitos líderes a promover o indigenismo. Enquanto muitos chefes tentavam acesso aos departamentos governamentais, alguns jovens aprenderam a ler e escrever. Em plena ditadura militar (1964-1985), surgiu um primeiro movimento político, a União das Nações Indígenas, que alarmou o governo. A luta avançou e os povos indígenas conseguiram, na Constituição de 1988, a aprovação de um capítulo sobre os seus direitos, como o da terra e o reconhecimento de suas organizações. É preciso assinalar, porém, que não se cumpriu a demarcação de todas as terras indígenas no prazo fixado de cinco anos.

Várias cerimônias estão sendo preparadas para as “comemorações dos 500 anos do Brasil”. Mesmo que o relógio indígena seja diferente, um comitê de líderes organiza anticomemorações, como uma marcha de dois mil representantes de todo o país até



Acima, *Carta do Brasil no atlas universal de Diogo Homem (1558)*. Ao lado, *Homem de Tapuia de pé e Retrato de Índio Tapuia*, de Albert Eckhout

uma grande assembléia no Estado da Bahia, aonde chegaram os primeiros brancos e onde se celebrou a primeira missa católica.

O governo vai inaugurar várias obras para melhorar fisicamente as aldeias próximas ao local da chegada dos portugueses e das festas, mas nada disse sobre o mais importante para a vida indígena, que são a terra, os recursos para o desenvolvimento econômico e os compromissos com políticas públicas futuras e a instituição indigenista oficial.

Foram gastos milhões de dólares para uma data simbólica. Ministros, políticos e governantes estarão, com as suas gravatas, sorrindo para alguns índios, com quem poderão aparecer abraçados nos jornais e na televisão. A igreja católica, inclusive, fará o seu papel, pedindo perdão aos índios pelos horrores cometidos no passado.

Nossa grande preocupação é o que vem depois do dia 22 de abril. Quais serão os compromissos do governo em relação ao futuro? Quais as relações dos povos indígenas com a sociedade que os circunda? Será possível uma aliança de respeito mútuo e unidade, apesar das diferenças?

Nada temos a comemorar, mas queremos, em troca, celebrar a memória e o sangue dos nossos antepassados, como o primeiro passo até o futuro. Buscar o respeito mútuo entre as distintas culturas, em um processo de globalização sem exclusão. Talvez haja esperança de que juntos, brancos e índios, construam um mundo melhor para as futuras gerações, deixando para trás uma época em que éramos apartados pelo simples fato de sermos diferentes.